

Erros comuns na proposta de intervenção

Professor Filipe – 24/04/2024

Semana passada eu disse que a Competência 5 é aquela que temos a obrigação moral de gabaritar. Pois bem! Para que isso seja possível, precisamos não apenas conhecer os cinco elementos válidos, mas principalmente saber o que NÃO FAZER para não perder os 200 pontos mais fáceis da prova. Vamos analisar os erros mais comuns cometidos por muitos candidatos e aprender a não cair nas armadilhas que a proposta de intervenção pode colocar no nosso caminho. Vamos juntos!

apresente uma proposta de intervenção com base no que foi discutido em tese

minha cabeça

“ A solução é devolver o Brasil aos índios e pedir desculpa

Parte I – Erros comuns da proposta de intervenção

dica pra proposta de intervenção na redação do enem galera



Erros comuns na apresentação da ação

LEMBRETE: a ação interventiva, por menor que seja seu poder de alcance ou escala de atuação, deve ser **CONCRETA**. Ações muito vagas ou genéricas são entendidas como **AÇÕES NULAS** e automaticamente invalidadas. Por isso, o que vale aqui é o **CARÁTER PRÁTICO** da ação proposta.

Exemplos de ações nulas

- “É preciso dar o primeiro passo.”
- “Devemos respeitar as pessoas.”
- “É preciso conscientizar a população.”
- “A sociedade precisa ser mais tolerante.”
- “Devemos nos tornar pessoas melhores.”
- “A população não deve ser preconceituosa.”

Santíssima nulidade



É preciso que o Ministério da Saúde, órgão responsável pela saúde pública no país, conscientize a população, por meio de palestras, a respeito da gravidade das doenças mentais, a fim de evitar que a população acometida por tais males continue a ser estigmatizada socialmente.

É preciso que o Ministério da Saúde, órgão responsável pela saúde pública no país, realize palestras, por meio do auxílio de psicólogos, a respeito da gravidade das doenças mentais, a fim de conscientizar a população sobre os prejuízos do estigma associado a tais males.

- **Apresentação de ações negativas:**

As empresas de cinema não devem cobrar valores muito altos pelo ingresso de cinema, pois são inacessíveis para muitos indivíduos, a fim de que mais pessoas possam desfrutar desse tipo de lazer pouco democratizado.

Erros comuns na apresentação do modo/meio

- **Apresentação de uma parceria sem indicá-la como modo/meio:**

*“Portanto, cabe ao Ministério da Saúde, **em parceria com as escolas**, desenvolver um programa de assistência e informação relacionado a doenças mentais, disponibilizando cartilhas que ajudem os estudantes a entender os sinais de má saúde psicológica, a fim de combater a ideia de que ela é sinônimo de fraqueza ou anormalidade.”*

*“Portanto, cabe ao Ministério da Saúde, **por meio de uma parceria com as escolas**, desenvolver um programa de assistência e informação relacionado a doenças mentais, disponibilizando cartilhas que ajudem os estudantes a entender os sinais de má saúde psicológica, a fim de combater a ideia de que ela é sinônimo de fraqueza ou anormalidade.”*

- **Expressões/advérbios indicativos de postura a ser adotada:**

*“Logo, cabe às escolas abordar assuntos ligados à saúde mental **de modo efetivo**.”*

- **Uso da expressão “de modo a” como indicativa de modo/meio:**

*“Famílias e escolas devem debater acerca da aceitação às diferenças como fator essencial para o convívio coletivo, **de modo a combater o estigma associado às doenças mentais e promover um ambiente de respeito**.”*

- **Não é erro, mas pode ser evitado:**

Indicação de outro agente como se fosse modo/meio:

*“Portanto, cabe ao Governo, **por meio do Ministério da Educação**, o investimento em aulas específicas sobre a saúde mental, haja vista a ausência desse assunto no currículo escolar de muitas instituições de ensino, a fim de romper com os estigmas associados às doenças mentais.”*

Erros comuns na apresentação do detalhamento

- **Indicação de lugar ou público-alvo como se fosse detalhamento:**

Portanto, o governo federal, em parceria com hospitais e ONGs, deve criar projetos **para a sociedade que sofre como essas doenças** – como consultas gratuitas aos cidadãos que não tem condições financeiras.

O Ministério da Saúde, em parceria com o MEC, deve propor campanhas **em redes sociais e nas escolas** com a finalidade de explicar sobre problemas mentais, para que seja um assunto esclarecido.

- **Uso de orações adjetivas (explicativas ou restritivas) como detalhamento da ação:**

Destarte, urge que o Ministério da Educação – órgão responsável por aprendizagem – faça campanhas informativas **que promovam altruísmo e senso crítico** por meio das plataformas da mídia, a fim de que os indivíduos saibam navegar com mais segurança no meio virtual.

Perigo extra: uso do gerúndio na intervenção

Sendo assim, diante de tantos estigmas, é necessário que o governo ajude essas pessoas, **investindo na melhoria dos tratamentos desses transtornos e também incentivando a população a discutir mais o tema** com a finalidade de conscientizar e incentivar a procura de ajuda e conhecimento.

Modo/meio ou detalhamento?

Parte II – Exercícios

“Em suma, constata-se que mudanças devem ocorrer para enfrentar os desafios da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Para isso, cabe ao poder legislativo, na condição de detentor dos meios legais de transformação, criar leis que tornem obrigatória a remuneração digna desse ofício com inclusão no mercado, além de regulamentar sua valorização. Essa proposta deve ser aprovada por meio de um debate na Câmara dos Deputados e tem como fim acabar com a invisibilidade desse trabalho. Feito isso, a questão deixará de ser um problema do corpo social brasileiro.”

“Portanto, tornam-se claros os desafios enfrentados pela invisibilidade dos serviços de cuidado e a necessidade de combatê-los. Dessa maneira, é imperativo que o Governo Federal atue na criação de subsídios destinados a mulheres que exercem o trabalho assistencialista em tempo integral. Isso deve ocorrer por meio de alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias - redirecionando verbas de forma igualitária para famílias vulneráveis em todo o país -, a fim de reduzir as disparidades sociais e, conseqüentemente, superar o legado histórico patriarcal que atingiu Carolina Maria de Jesus e outros expoentes da população feminina brasileira.”

“Destarte, para enfrentar a invisibilidade do trabalho feminino de cuidado, algumas ações devem ser adotadas. Dessa forma, o Poder Legislativo, na figura das deputadas (estaduais e federais) e das senadoras, dada a sua representatividade do coletivo feminino, deve difundir informações e ampliar direitos às cuidadoras de pessoas e de lares. Isso pode ser feito através do desenvolvimento de projetos de lei responsáveis por criar campanhas modificadoras das construções sociais de gênero e por meio da elaboração de emendas constitucionais (inclusive para a PEC das domésticas). Com tais atitudes, objetiva-se corrigir desproporcionalidade de gênero no desempenho das referidas atividades, bem como, aumentar a visibilidade e as benesses legais às mulheres pretas cuidadoras, reduzindo-se, conseqüentemente, as desigualdades ligadas ao tema.”

Parte III – Correção de redação

Tema: "A democratização do acesso à energia elétrica no Brasil"

Corrige no ao vivo, por favor!

1 Abraham Maslow, psicólogo estadunidense, estabeleceu uma teoria sobre a hierarquia das necessi-
 2 dades humanas, dividindo-as em cinco grandes categorias: fisiologia, segurança, afeto, estima e realiza-
 3 ção pessoal. O estudioso organizou estes tópicos essenciais pensando no mundo contemporâneo, que
 4 depende do acesso à energia elétrica para a democratização de diversos processos vitais, como
 5 o armazenamento de alimentos e o acesso à internet. No entanto, é visível que, por conta da política ener-
 6 gética, diversos brasileiros têm seus direitos básicos negligenciados. Logo, deve-se discutir a intervenção
 7 via governamental e a desigualdade social em busca de resolver este grave problema.

8 Em primeiro plano, é preciso atuar para a negligência do governo atuando na questão. Mais de um
 9 século após a invenção da lâmpada elétrica, por Thomas Edison, é inaceitável que ainda existam
 10 pessoas sem acesso à luz em suas residências, mesmo tendo um direito de todos. Entretanto, mata-
 11 de a comissão do poder executivo em atuar com necessidades primordiais da população, como
 12 a aquisição de energia elétrica, principalmente em zonas rurais, que em diversas regiões são
 13 obrigadas a estabelecer, por conta própria, as usinas locais, como geradoras de lu-
 14 minosidade. Assim, urge a gestão, visando para erradicar este problema.

15 Em segundo plano, a desigualdade vista na sociedade se configura como um desafio no Tema.
 16 O artigo 5º da Constituição Federal promulgada em 1988 defende o direito pleno de qualquer cida-
 17 dão. Apesar disso, esta garantia não se faz presente na condição de diversos cidadãos, es-
 18 pecificamente em relação aos valores das contas de iluminação, que ingere cerca de 7% de
 19 um salário mínimo quando se trata de uma conta de menor valor, porém, pode chegar a ser
 20 uma quantia maior, que faz com que a população de baixa renda enfrente necessidades
 21 básicas, por isto, precisa de uma ação governamental para amenizar os preços da
 22 que se faz benefício vital para todos.

23 Portanto, indubitavelmente, medidas são necessárias para atuar sobre a problemática. Cabe
 24 ao Ministério da Cidadania em parceria com o programa Luz para Todos, identificar
 25 e buscar eletricidade nos locais que não apresentam esta vantagem, por mais de equi-
 26 parar a humanidade em questão. Cabe também ao governo que analise e modifique os
 27 valores cobrados nos lares, por meio de uma reavaliação na cobrança por localiza-
 28 ção, a fim de reduzir os desperdícios para indivíduos de baixa renda. É partir destas ações,
 29 espera-se promover a plenitude defendida pela Constituição.

30